



PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

Nº. CONTROLE SICOM: 006/2019

TERMO DE FOMENTO Nº. 005/2019

TERMO DE FOMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SACRAMENTO, ESTADO DE MINAS GERAIS E A CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO – CIJU PARA REPASSE DE RECURSO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº. 1610, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

MUNICÍPIO DE SACRAMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.140.764/0001-48, localizada na Praça Monsenhor Saul Amaral, 512 – Centro – CEP 38.190-000 - Sacramento/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Wesley de Santi de Melo, inscrito no CPF n.º: 788.906.406-34, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e,

CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO - CIJU, com sede na Praça Cônego Hermógenes n.º 37, Centro, em Sacramento/MG, inscrita no CNPJ /MF sob o n.º 18.579.938/0001-73, neste ato representada pelo seu Presidente André Luiz Zago, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 637.898.416-68, portador da cédula de identidade RG MG-4.772.480 SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade de Sacramento-MG, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**;

resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Lei Municipal nº. 1.610, de 07 de dezembro de 2018 e Decreto Municipal nº. 370, de 30 de novembro de 2018, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO os termos do processo nº. 3.825, de 19 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº. 054/2019 da lavra do advogado, Bruno Mateus do Nascimento, datado de 08 de fevereiro de 2019, fls. 72/75;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto transferir e acompanhar a aplicação dos recursos advindos de subvenção, conforme previsão expressa na Lei Municipal nº. 1.610/2018, seguindo parâmetros dispostos no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

a) Dirigente responsável pela PROPONENTE

Ir. Edna Maria de Oliveira, se responsabilizará, como gestor, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos da Lei 13.019/14 e suas alterações.

b) Gestor responsável pela CONCEDENTE

Cibele Magnabosco, Secretária Municipal de Educação, se responsabilizará pela fiscalização da aplicação, execução, monitoramento e avaliação, e pela emissão do parecer conclusivo da prestação de contas da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

São obrigações da CONCEDENTE:

- a) Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- b) Prorrogar a parceria de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada a prorrogação ao exato período do atraso;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

Visto:
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- d) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como a providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- e) Emitir relatório de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo:
 - 1. A forma sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - 2. As atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido, em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
 - 3. Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
 - 4. Quando for o caso, os valores pagos nos termos da lei de regência, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
 - 5. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas;
 - 6. Análise das auditorias, realizadas, pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias;
- f) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.
- g) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- h) Cumprir os prazos previstos na Lei do Marco Regulatório, no que se refere à Prestação de contas.
- i) Exigir da Entidade parceira a prestação de contas conforme determina a lei de regência, e demais exigências da Administração, caso houver, e do respectivo Tribunal de Contas.
- j) Realizar pesquisa de satisfação das parcerias quando caso a vigência ultrapasse 1 (um) ano, inclusive por Termo Aditivo.

São obrigações do PROPONENTE

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento.
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto.
- c) Manter os recursos aplicados.
- d) destinar 10% (dez por cento) do número de vagas a fim de atender à solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, quando este necessitar, principalmente em situações de atendimento às demandas do Ministério Público e do Poder Judiciário;
- e) Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até no máximo R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do instrumento, exclusivamente para atender a excepcionalidade da lei de regência.
- f) Fazer a restituição dos rendimentos financeiros, exceto se autorizado aumento de metas do objeto pactuado.
- g) Fazer restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado a reprogramar.
- h) Manter e movimentar os recursos na conta específica citada somente para os pagamentos acordados em Plano de Trabalho, anexo a este instrumento.
- i) Permitir livre acesso ao Gestor do responsável pelo Controle Interno, e dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE.
- j) Transferir e permitir que o CONCEDENTE se responsabilize pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

Visto:
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- k) Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de capital.
- l) Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.
- m) Prestar contas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 370/2018 e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.
- n) Anexar e entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.
- o) Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- p) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for parcialmente com recursos do objeto.
- q) Divulgar esta parceria, em seu sítio na internet, com as informações relativas à parceria, tais como: data da assinatura, identificação do instrumento, do órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados e situação da prestação de contas da parceria.
- r) Oficiar a relação de parentesco vinculado ao objeto, caso houver, de dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau que tenha relação direta com servidores ou agentes políticos diretamente ligados ao CONCEDENTE.
- s) Adotar um roteiro de compras e contratações, onde se evidencie os Princípios da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a ser seguido pela Entidade quando se tratar de recursos oriundos do Termo de Fomento.

CLÁUSULA QUARTA – DO DESTINO DOS BENS REMANESCENTES

As partes reconhecem que os bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública será de titularidade e se incorporará ao patrimônio da CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Deverá seguir as normas da Legislação Trabalhista e respeitar acordos coletivos e sindicais.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – VÍNCULO TRABALHISTA

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de até R\$122.880,00 (cento e vinte e dois mil e oitocentos e oitenta

Visto:
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

reais), divididos em 11 (onze) parcelas, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.06.12.365.0016.2.011.3.3.50.43.00 Ficha 275, sendo assim distribuídas:

- a. a primeira no valor de R\$20.480,00 (vinte mil e quatrocentos e oitenta reais) a ser repassada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro de 2019;
- b. as demais parcelas no valor de R\$10.240,00 (dez mil e duzentos e quarenta reais) a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, iniciando no mês de março de 2019;

Parágrafo único – O valor repassado no mês de fevereiro de 2019, conforme alínea 'a', corresponde à soma dos valores referentes aos meses de janeiro e de fevereiro de 2019. Portanto, a prestação de contas tomará por base a referência dos meses em questão: janeiro e fevereiro de 2019.

6.2 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Conta corrente nº 9.580-x, operação 003, agência 0455-3, Banco do Brasil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser efetuada de forma integral, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 370/2018.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, e poderá ser prorrogado a critério da PROPONENTE, desde que autorizado, e somente quando as razões se justificarem.

8.1 – DA PRORROGAÇÃO

A prorrogação dar-se-á de ofício, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, motivado pela PROPONENTE, protocolado junto ao Órgão Gestor da CONCEDENTE.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – DA RESCISÃO SEM ÔNUS

Quaisquer das partes têm faculdade para rescindir esta parceria, sem ônus, limitada a responsabilidade a execução do objeto parcial, desde que comunicado *ex-officio* com no mínimo 60 (sessenta dias) de antecedência, quando das seguintes razões:

- a) Acordado entre as partes, desde que as etapas proporcionais ao objeto, tenham sido, plenamente realizadas e prestado contas até o montante do repasse realizado.
- b) Se houver atrasos nos repasses (definir prazo) que comprometam a execução do objeto;
- c) Em casos fortuitos, tais como guerra, tempestades, inundações e incêndio, que possa interferir diretamente na execução do objeto, comprovado com laudo de vistoria pelo CONCEDENTE ou por órgãos oficiais.

9.2 – DA RESCISÃO COM ÔNUS

Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido *ex-officio* pela CONCEDENTE, interrompido os repasses para que até 30 (trinta) dias seja apresentada a defesa, e ainda nos casos em que a PROPONENTE:

- a) No curso da parceria, possa ter sido declarada omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com uma das três esferas de governo, inclusive com a administração indireta;

Visto:
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- b) Indicar como dirigente, durante a vigência do termo de Fomento, agente político do Poder público da mesma esfera governamental, bem como parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até segundo grau.
- c) Ter julgadas irregulares prestações de contas dos últimos 5 (cinco) anos, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.
- d) Não ter sanado, em tempo hábil as irregularidades que motivaram a rejeição, e não forem quitados os débitos que lhes foram eventualmente imputadas ou for reconsiderada ou revista a decisão, das contas julgadas irregulares, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.
- e) Receber, durante a vigência desta parceria, punição de suspensão de participar em licitação e impedimento para contratar com a administração pública, e ou ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública.
- f) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitas pelo Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos.
- g) Tenha entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação.
- h) Tenha dirigentes suspensos dos direitos políticos de três a dez anos, conforme o caso, e proibidos de contratar com o poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três a dez anos, conforme o caso.

CLÁUSULA DEZ – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Fomento será publicado no site da Prefeitura Municipal de Sacramento e no Jornal Oficial do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cumprido o disposto da legislação em vigor.

CLÁUSULA ONZE – DO ANEXO

Faz parte integrante e indispensável deste instrumento, o Plano de Trabalho, na forma prevista na lei de regência.

CLÁUSULA DOZE – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Sacramento/MG para esclarecer dúvidas de interpelações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÃO FINAL

E, por estarem cientes e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Prefeitura Municipal de Sacramento, Estado de Minas Gerais, em 11 de fevereiro de 2019.


Wesley De Santi de Melo


Prefeito


André Luiz Zago


Presidente da Casa Infantil São Vicente de Paulo de Sacramento

Testemunhas:


1) -


Rosimeire Martins Rezende
CPF: 067.986.186-69

2) -


Marcelo de Paula
CPF: 288.853.938-10

Visto.
S.M. Assuntos Jurídicos


S. M. Fazenda e Administração


S. M. Educação

CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO

CIJU SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ: 18.579.938/0001-73

Utilidade Pública Municipal – Lei Nº75, de 27-7-1972 – Lei Estadual Nº11. 773/95

Registro no Dep. De Ação Social da Secretaria do Estado do Trabalho e Desportos de Minas Gerais nº. 0465

Utilidade Pública Federal Decreto Nº 95.244 de 16/11/87 Data de Fundação 08.07.1966

Praça Cônego Hermógenes, 37 – Fone (034) 3351 –1249 – CEP: 38.190-000 Sacramento – Minas Gerais

Email: creche@onda.net.br

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO 1/3

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade – 2º Partícipe				C.N.P.J.	
CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO				18.579.938/0001-73	
Endereço PRAÇA CÔNEGO HERMÓGENES, 37					
Cidade SACRAMENTO	CEP 38.190-000	DDD/Telefone 34-3351- 1249	FAX	E-mail creche@onda.net.br	
Conta Corrente 9.580x	Banco Brasil S/A	Agência 0455-3			
Nome do Responsável André Luiz Zago				CPF 947.598.126-87	
Função	Cargo Presidente		C.I/Órgão Expedidor M.5.121.804 SSP/MG		
Endereço Eduardo Bernardes de Melo, 181 Bairro: Bela Vista II				CEP 38.190-000	

1. INTERVENIENTE

Nome		CNPJ/CPF	
Nome do Responsável	Função	CPF	
CI/Órgão Expedidor			
Endereço	Cidade	CEP	

06
✓

CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO

CIJU SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ: 18.579.938/0001-73

Utilidade Pública Municipal - Lei Nº75, de 27-7-1972 - Lei Estadual Nº11.773/95

Registro no Dep. De Ação Social da Secretaria do Estado do Trabalho e Desportos de Minas Gerais nº. 0465

Utilidade Pública Federal Decreto Nº 95.244 de 16/11/87 Data de Fundação 08.07.1966

Praça Cônego Hermógenes, 37 - Fone (034) 3351-1249 - CEP: 38.190-000 Sacramento - Minas Gerais

Email: creche@onda.net.br

2. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
	04/02/2019	13/12/2019
<p>Objeto do Projeto:</p> <p>CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO é atender a Educação Infantil e, também a Assistência Social no Serviço de Proteção básica, voltada ao serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.</p> <p>As crianças atendidas na Educação Infantil compreende a faixa etária de 4 meses a 03 anos e 11 meses e frequenta a instituição em período integral. O contra turno compreende crianças e adolescentes de 4 anos aos 06 anos que frequenta um grupo no período vespertino e outro grupo no matutino.</p> <p>A entidade tem objetivo garantir a defesa dos direitos das crianças, através de programas de 4 meses a 6 anos, de ambos os sexos, em regime de apoio sócio educativo em meio aberto e também apoio às famílias das crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social encaminhando para outros serviços de proteção às famílias. E, também, contribuir no desenvolvimento integral (aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social) através de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras.</p>		
<p>Apresentação da Entidade:</p> <p>A Casa Infantil São Vicente de Paulo de Sacramento é uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, de caráter educacional, assistencial, cultural, e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro em Sacramento, Estado de Minas Gerais</p>		
<p>Justificativa da Proposição</p> <p>Este projeto justifica-se devido a uma grande demanda de mães que necessitam de trabalhar não tem com quem deixar seus filhos. Com estas crianças, pretendemos de acordo com as leis de Diretrizes Básica da Educação, contribuir no seu desenvolvimento integral, abrangendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social.</p> <p>Justifica-se, também, devido ter crianças em situações de risco e vínculos familiares comprometidos. Neste sentido, a entidade atua no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e, também, na prevenção de riscos.</p>		



CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO

CIJU SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ: 18.579.938/0001-73

Utilidade Pública Municipal - Lei Nº75, de 27-7-1972 - Lei Estadual Nº11. 773/95

Registro no Dep. De Ação Social da Secretaria de Estado do Trabalho e Desportos de Minas Gerais nº. 0445

Utilidade Pública Federal Decreto Nº 95.244 de 16/11/87 Data de Fundação 08.07.1966

Praça Cônego Hermógenes, 37 - Fone (034) 3351-1249 - CEP: 38.190-000 Sacramento - Minas Gerais

Email: creche@onda.net.br

PLANO DE TRABALHO 2/3

3. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$1,00)

Natureza da Despesa		Total	1º Participe (Município)	2º Participe (OSC)
Item	Especificação			
01	Material de consumo	34.979,85	11.059,20	23.920,65
02-	Investimento	19.433,25	6.144,00	13.289,25
03-	- Pessoal	310.931,93	98.304,00	212.627,93
04-	Serviços	19.433,25	6.144,00	13.289,25
05	Outros	3.886,64	1.228,80	2.657,84
	Total Geral:	388.664,92	122.880,00	265.784,92

03
2

CASA INFANTIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO



CNPJ: 18.579.938/0001-73

PLANO DE TRABALHO 3/3

4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$1,00)

1° Partícipe (Município)

Meta	1° Mês	2° Mês	3° Mês	4° Mês	5° Mês	6° Mês
80	10.240,00	10.240,00	10.240,00	10.240,00	10.240,00	10.240,00

Meta	7° Mês	8° Mês	9° Mês	10° Mês	11° Mês	12° Mês
80	10.240,00	10.240,00	10.240,00	10.240,00	10.240,00	10.240,00

2° Partícipe (OSC)

Meta	1° Mês	2° Mês	3° Mês	4° Mês	5° Mês	6° Mês
80		1.530,89	18.398,28	17.332,84	19.14875	18.557,57

Meta	7° Mês	8° Mês	9° Mês	10° Mês	11° Mês	12° Mês
80	27.887,10	27.849,29	23.889,72	24.449,73	25.612,34	65.260,87

5. DECLARAÇÃO

Na qualidade de Representante Legal do proponente, declaro, para fins junto ao Município de Sacramento, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade de Administração Pública Municipal, que impeça a Transferência de recursos oriundos de dotação consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento.

Sacramento, 17 de dezembro de 2018
Local e Data

(Assinatura do 2° Partícipe (OSC))

6. APROVAÇÃO DO MUNICÍPIO

Aprovado

Sacramento/MS, 04/02/19

Local e Data

1° Partícipe (Município)